

FACULDADE DE DIREITO DE VITÓRIA – FDV

REVISTA DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS



Direitos exclusivos para esta edição:

Faculdade de Direito de Vitória (FDV)
Rua Dr. Juiz Alexandre Martins de Castro Filho, 215, Santa Lúcia
CEP 29056-295 – Vitória – ES
Tel.: (27) 3041-3669

Site: www.fdv.br/sisbib
E-mail: publicacoes@fdv.br

O material publicado pela revista poderá ser reproduzido para uso pessoal e acadêmico, desde que citada a fonte. As opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Missão

Publicar artigos científicos de qualidade comprovada por avaliadores de reconhecida competência técnico-científica, que tratem de temas ligados à área de Direitos e Garantias Fundamentais, bem como temáticas afins com as quais o direito dialoga e se articula.

Periodicidade

Quadrimestral

Editora-chefe

Elda Coelho de Azevedo Bussinguer

Editores de Seção

Adriano Sant'Ana Pedra
André Filipe Pereira Reid dos Santos
Carlos Henrique Bezerra Leite
Daury Cesar Fabríz
Gilsilene Passon Picoretti Francischetto
João Maurício Adeodato
Nelson Camatta Moreira
Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha
Thiago Fabres de Carvalho

Comissão Executiva

Ana Paula Galdino de Deus

Revisão de Texto

Os autores

Capa, projeto gráfico e diagramação

STUDIO S • Diagramação & Arte Visual
(48) 3025-3070 | studios@studios.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista de Direitos e Garantias Fundamentais. Vitória: Faculdade de Direito de Vitória – FDV, 2017.
285 p.

Quadrimestral

Modo de acesso: <<http://sisbib.fdv.br/index.php/direitosegarantias>>
E-ISSN 2175-6058

1.Direito – Periódicos. I. Faculdade de Direito de Vitória – ES.

CDU 340(05)

Bibliotecária Responsável: Ana Paula Galdino de Deus CRB12/6 798

FACULDADE DE DIREITO DE VITÓRIA – FDV

REVISTA DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

v. 18, n. 2 • mai./ago. 2017

VITÓRIA – ES

E-ISSN: 2175-6058

R. Dir. Gar. Fund.	Vitória	v. 18	n. 2	p. 1-285	mai./ago. 2017
--------------------	---------	-------	------	----------	----------------

Sumário / Summary

EDITORIAL

As diversas perspectivas dos Direitos Fundamentais

Adriano Sant'Ana Pedra.....9

Direito, Sociedade e Cultura

ENGELS COMO CRÍTICO DO DIREITO E DA IGUALDADE JURÍDICA: A LUTA POR DIREITOS E SUA AMBIGUIDADE

ENGELS A CRITIC OF LAW AND LEGAL EQUALITY: THE STRUGGLE FOR RIGHTS AND ITS AMBIGUITY

Vitor Sartori.....13

LIBERDADE E ANONIMATO NO CONTEXTO DA CIBERCULTURA

FREEDOM AND ANONYMITY IN THE CONTEXT OF CYBERCULTURE

Alejandro Knaesel Arrabal, Wilson Engelmann, Milena Petters Melo.....55

Direitos Fundamentais Sociais

O CUSTO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: O DIREITO À SAÚDE EM FRENTE ÀS TEORIAS DA RESERVA DO POSSÍVEL E DO MÍNIMO EXISTENCIAL

THE COST OF FUNDAMENTAL RIGHTS: THE RIGHT TO HEALTH AGAINST THE THEORY OF THE POSSIBILITY RESTRICTION AND THE EXISTENTIAL MINIMUM

Oreonnilda de Souza, Lourival José de Oliveira.....77

LETRAMENTO DIGITAL: REFLEXOS NO MUNDO DO TRABALHO

DIGITAL LITERACY: REFLECTIONS ON THE WORLD OF WORK

Luisa Nascimento Bustillo, Grasielle Augusta Ferreira Nascimento 111

Violência, Sistemas Penais e Democracia

- TRABALHO INFANTIL NO BRASIL: O DILEMA ENTRE A SOBREVIVÊNCIA E A EXPLORAÇÃO
CHILD LABOR IN BRAZIL: THE DILEMA BETWEEN SURVIVAL AND EXPLORATION
Ana Maria Viola de Sousa, Maria Aparecida Alkimim 131
- EXCEÇÃO, GOVERNAMENTALIDADE E POLÍTICAS DE SEGURANÇA
EXCEPTION, GOVERNMENTALITY AND SECURITY POLICIES
Fernanda Martins, Augusto Jobim do Amaral 153

Grupos Invisibilizados, Memórias e Lutas pelos Direitos Humanos

- DA NOÇÃO LIBERAL DE PESSOA À REFUNDAÇÃO DA CIDADANIA UNIVERSAL: PROVOCAÇÕES PARA PENSAR OS SUJEITOS E SUA EMANCIPAÇÃO PELOS DIREITOS HUMANOS
FROM THE LIBERAL CONCEPT OF PERSON TO THE REFOUNDING OF THE UNIVERSAL CITIZENSHIP: PROVOCATIONS TO THINK ABOUT THE SUBJECTS AND THEIR EMANCIPATION THROUGH HUMAN RIGHTS
Farah de Sousa Malcher, Jean-François Yves Deluchey 179

Estado, Democracia Constitucional e Direitos Fundamentais

- A PLENA DELIBERAÇÃO INTERNA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA A EFETIVA CRIAÇÃO DOS PRECEDENTES JUDICIAIS VINCULANTES ESTABELECIDOS PELO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
THE FULL INTERNAL DELIBERATION OF THE FEDERAL SUPREME COURT FOR THE EFFECTIVE CREATION OF THE BINDING JUDICIAL PRECEDENTS ESTABLISHED BY THE NEW CIVIL PROCEDURE CODE
Peter Panutto 205
- A INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO E O BINÔMIO “VIDA E MORTE”: REFLEXÕES À LUZ DA DIGNIDADE HUMANA E DE UMA CULTURA COSMOPOLITA
THE INTERNATIONALIZATION OF LAW AND THE BINOMIAL “LIFE AND DEATH”: REFLECTIONS IN LIGHT OF HUMAN DIGNITY AND OF A COSMOPOLITAN CULTURE
Géssica Adriana Ehle, Valéria Ribas do Nascimento 227

RENÚNCIA AO DIREITO FUNDAMENTAL À NACIONALIDADE: NOVAS PERSPECTIVAS
TEÓRICAS A PARTIR DA EXTRADIÇÃO N.º 1.462 JULGADA PELO SUPREMO TRIBUNAL
FEDERAL

*RENOUNCING OF THE FUNDAMENTAL RIGHT TO NATIONALITY: NEW THEORETICAL
PERSPECTIVES FROM EXTRADITION NUMBER 1.462 JUDGED BY THE SUPREME
FEDERAL COURT*

Lucas Giacomini Priule, Roberto Baptista Dias da Silva 247

Autor Convidado

LA LUCHA CONTRA LA EPIDEMIA DEL ZIKA, TENDENCIAS JURISPRUDENCIALES Y LA
COOPERACIÓN REGIONAL EN EL ÁMBITO DE LA SALUD EN SUDAMÉRICA

*THE FIGHT AGAINST THE ZIKA EPIDEMICS, TRENDS IN CASE LAW AND REGIONAL
COOPERATION IN THE AREA OF HEALTH IN SOUTH AMERICA*

*A LUTA CONTRA A EPIDEMIA DO ZIKA. AS TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS E A
COOPERAÇÃO REGIONAL NO ÂMBITO DA SAÚDE NA AMÉRICA DO SUL*

Alberto Manuel Poletti Adorno 269

Editorial

“As diversas perspectivas dos Direitos Fundamentais”

Os direitos fundamentais podem ser considerados sob diversas perspectivas. Dentre elas, podem ser vistos como direitos inerentes aos seres humanos, independentemente da época ou do lugar, ou podem ser vistos como os direitos mais importantes em um determinado ordenamento constitucional.

Do ponto de vista substancial, os direitos fundamentais são prerrogativas das pessoas necessárias para assegurar uma vida digna. Do ponto de vista formal, os direitos fundamentais constituem as matrizes de todos os demais, dando-lhes fundamento, e sem eles não se pode exercer muitos outros. Os direitos fundamentais estão garantidos pela Constituição, que dá origem e validade a todas as demais leis que criam ou garantem os demais direitos.

Os direitos fundamentais encontram-se pautados na dignidade humana, cujo valor constitucional possui um papel normativo central. A dignidade humana como um valor constitucional é o fator que une os direitos humanos como um todo¹. Ela garante a unidade normativa dos direitos humanos, que pode ser expressa de três modos: em primeiro lugar, o valor da dignidade humana serve como uma base normativa dos direitos estabelecidas na Constituição; em segundo, serve como um princípio de interpretação para a determinação do alcance dos direitos constitucionais, incluindo o direito à dignidade humana; em terceiro, o valor da dignidade humana tem um importante papel na limitação de direitos constitucionais.

As sociedades pluralistas contemporâneas são caracterizadas pela presença de uma diversidade de grupos sociais com interesses, ideologias e projetos diferentes. Porquanto cada um desses grupos não tem

¹ BARAK, Aharon. **Human dignity**: the constitutional value and the constitutional right. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 103-113.

força suficiente para se fazerem exclusivo ou dominante², é conferida à Constituição não a tarefa de estabelecer diretamente um projeto pre-determinado de vida em comum, mas sim a de realizar as condições de possibilidades desta. Trata-se de um compromisso de possibilidades, ou seja, de uma proposta de soluções e coexistências possíveis.

A assimilação pelas Constituições da complexidade das relações sociais fez com que fosse utilizada uma linguagem dotada de maior abertura, apta a autorizar o intérprete a atuar com certa liberdade na fixação do conteúdo da norma jurídica.

A criação de normas constitucionais abertas, ou seja, normas com pouca densidade normativa, é uma das características das sociedades complexas, porque, diante da multiplicidade dos problemas que podem surgir, a Constituição necessita de soluções para acompanhar esse casuísmo problemático.

Esta edição da *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais* dá continuidade à sua missão de publicar artigos científicos de qualidade. Os artigos têm objetos diferentes e situam-se em patamares distintos, pois são muitos e muito diversificados os direitos das pessoas dentro da ordem constitucional, e buscam alargar o universo dialógico e contribuir para o debate crítico em torno dos direitos e das garantias fundamentais.

Na seção “Direito, Sociedade e Cultura”, encontra-se o artigo “Engels como crítico do direito e da igualdade jurídica: a luta por direitos e sua ambiguidade”, de Vitor Sartori, em que o autor trata o modo como Engels procura traçar uma oposição entre a igualdade jurídica e a igualdade social. Na mesma seção, Alejandro Knaesel Arrabal, Wilson Engelmann e Milena Petters Melo avaliam, em seu estudo “Liberdade e anonimato no contexto da cibercultura”, a questão do anonimato como prática legítima – ou não – no plano das relações sociais mediadas por Tecnologias de Informação e Comunicação.

Na sequência, a seção “Direitos Fundamentais Sociais” traz mais dois artigos. “O custo dos direitos fundamentais: o direito à saúde frente às teorias da reserva do possível e do mínimo existencial”, de Oreonnilda de Souza e Lourival José de Oliveira, enfrenta a questão da efetividade

² ZAGREBELSKY, Gustavo. *El derecho dúctil: ley, derechos, justicia*. 8. ed. Tradução de Marina Gascón. Madri: Trotta, 2008. p. 13-14.

do direito à saúde sem olvidar os aspectos do orçamento, da repartição de competências e da separação de poder. Logo após, Luísa Nascimento Bustillo e Grasielle Augusta Ferreira Nascimento verificam como o desenvolvimento de novas tecnologias reorganizam o mundo do trabalho em seu artigo “Letramento digital: reflexos no mundo do trabalho”.

Outros dois artigos integram a seção “Violência, Sistemas Penais e Democracia”. Ana Maria Viola de Sousa e Maria Aparecida Alkimin, no estudo “Trabalho infantil no Brasil: o dilema entre a sobrevivência e a exploração”, investigam os principais fatores que sustentam o trabalho infantil e suas implicações na moldagem da estrutura social na qual está inserida a família da criança trabalhadora. E Fernanda Martins e Augusto Jobim do Amaral estudam políticas de segurança de vigilância e controles transnacionais em “Exceção, governamentalidade e políticas de segurança”.

Em seguida, Farah de Sousa Malcher e Jean-François Yves Deluchey discutem em que medida o modelo liberal de homem universal, portador de direitos naturais, promove a emancipação dos sujeitos, na seção “Grupos Invisibilizados, Memórias e Lutas pelos Direitos Humanos”, com o artigo “Da noção liberal de pessoa à refundação da cidadania universal: provocações para pensar os sujeitos e sua emancipação pelos direitos humanos”.

Na seção “Estado, Democracia Constitucional e Direitos Fundamentais” podem ser lidos mais três artigos. “A plena deliberação interna do Supremo Tribunal Federal para efetiva criação dos precedentes judiciais vinculantes estabelecidos pelo novo Código de Processo Civil”, de Peter Panutto, busca demonstrar que a não adequação do procedimento deliberativo dos tribunais causa a ineficácia desse sistema de precedentes. Depois, Géssica Adriana Ehle e Valéria Ribas do Nascimento contrapõem universalismos e relativismos jurídicos, para determinar a viabilidade da concretude da autonomia para morrer como um direito universalizável, em seu trabalho “A internacionalização do direito e o binômio ‘vida e morte’: reflexões à luz da dignidade humana e de uma cultura cosmopolita”. Ainda nesta seção, Lucas Giacomini Priule e Roberto Baptista Dias da Silva abordam, no artigo “Renúncia ao direito fundamental à nacionalidade: novas perspectivas teóricas a partir da extradição 1.462 julgada pelo STF”, a distinção entre perda da nacionalidade e renúncia, e analisam a viabilidade jurídica desta.

Por fim, o autor convidado Alberto Manuel Poletti Adorno, em seu artigo “A luta contra a epidemia de Zika, tendências jurisprudenciais e a cooperação regional no âmbito da saúde na América do Sul”, propõe a cooperação internacional e os intercâmbios de informação como alternativas para melhorar a saúde no que concerne a doenças causadas pelo *Aedes Aegypti*, em especial a epidemia de Zika.

A publicação deste volume contribui para enriquecer o debate público sobre direitos e garantias fundamentais, o qual suscita um interesse que transcende a discussão acadêmica. A relevância e a atualidade dos temas aqui desenvolvidos convidam o leitor para imergir na riqueza do seu texto. Boa leitura!

Adriano Sant'Ana Pedra

Professor da Faculdade de Direito de Vitória (graduação, mestrado e doutorado)

Doutor em Direito Constitucional (PUC/SP)

Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais (FDV)

Mestre em Física Quântica (UFES)

Pós-doutorado realizado no Centro de Direitos Humanos da Faculdade de

Direito da Universidade de Coimbra

Procurador Federal